 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa Departamento de Registro Empresarial e Integração			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) <div style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">53200524040</div>	Código da Natureza Jurídica <div style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">2062</div>	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio			


1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Nome: MULTPAPER DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP

 DFN2228346301

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		026	2	ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/TITULAR / ADMINISTRADOR
		2005	1	SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

BRASILIA
Local

23 Junho 2022
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____

Data
Responsável

☐ NÃO ____/____/____

Data
Responsável

Processo em Ordem
À decisão

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência
☐

3ª Exigência
☐

4ª Exigência
☐

5ª Exigência
☐

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência
☐

3ª Exigência
☐

4ª Exigência
☐

5ª Exigência
☐

____/____/____
Data


Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1853641 em 24/06/2022 da Empresa MULTPAPER DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA, CNPJ 26976381000132 e protocolo DFN2228346301 - 21/06/2022. Autenticação: D186E3FAB4963124452DF1CF429C355F5379A2. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 22/073.683-9 e o código de segurança 7Y4z. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/06/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral.


 MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
 SECRETÁRIO GERAL


pág. 1/21

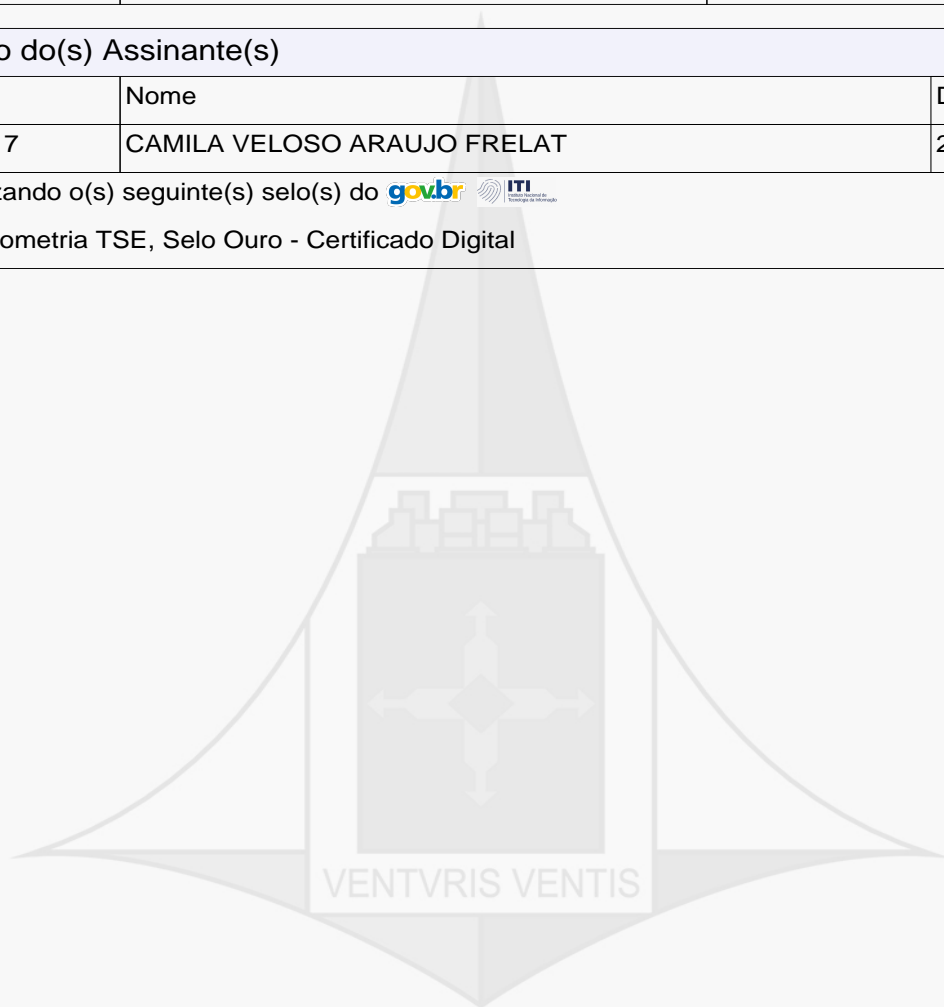
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/073.683-9	DFN2228346301	21/06/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
014.648.101-17	CAMILA VELOSO ARAUJO FRELAT	23/06/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1853641 em 24/06/2022 da Empresa MULTIPAPER DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA, CNPJ 26976381000132 e protocolo DFN2228346301 - 21/06/2022. Autenticação: D186E3FAB4963124452DF1CF429C355F5379A2. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 22/073.683-9 e o código de segurança 7Y4z. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/06/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE
ALTERAÇÃO Nº 24 DO CONTRATO
SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA
LIMITADA MULTIPAPER DISTRIBUIDORA
DE PAPÉIS LTDA. – CNPJ
26.976.381/0001-32**

- 1. GILMAR ARAÚJO NEVES**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 462.418, expedida pela SSP/DF em 05/07/1990, e inscrito no CPF sob o nº 150.869.501-63, nascido em 24/08/1958 na cidade de Patos de Minas-MG, filho de Iraci Antônio de Araújo e Alvarina Neves de Araújo, residente e domiciliado na SQN 213, Bloco "G", apt. 601, Brasília-DF, CEP: 70.872-070;
- 2. ROSA MARIA VELOSO ARAÚJO**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da Carteira de Identidade nº 460.927, expedida pela SSP/DF em 12/11/1985, e inscrita no CPF sob o nº 152.375.401-04, nascida em 23/03/1956 na cidade de Carmo do Paranaíba-MG, filha de Antônio Sebastião Veloso e Nair do Couto, residente e domiciliada na SQN 213, Bloco "G", apt. 601, Brasília-DF, CEP: 70.872-070;
- 3. CAMILA VELOSO ARAÚJO FRELAT**, brasileira, casada em regime de separação total de bens consensual, empresária, portadora da Carteira de Identidade nº 2.286.712, expedida pela SSP/DF em 14/07/2020, e inscrita no CPF sob o nº 014.648.101-17, nascida em 20/07/1988 na cidade de Brasília-DF, filha de Gilmar Araújo Neves e Rosa Maria Veloso Araújo, residente e domiciliada na AOS 04 Bloco A apto 123, Octogonal, Brasília-DF, CEP: 70660-041;
- 4. AMANDA VELOSO ARAÚJO SARAIVA**, brasileira, casada sob o regime de separação total de bens consensual, dentista, portadora da Carteira Nacional de Habilitação nº 03027680648, expedida pelo Detran/DF em 19/09/2018, e inscrita no CPF sob o nº 014.648.001-54, nascida em 31/07/1985 na cidade de Brasília-DF, filha de Gilmar Araújo Neves e Rosa Maria Veloso Araújo, residente e domiciliada na SQNW 311 Bloco G apto 503, Noroeste, Brasília-DF, 70687-335;



5. ALEXANDRE VINICIUS VELOSO ARAÚJO, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 1.385.796 SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob nº 602.931.791-15, nascido em 10/02/1976 em Brasília-DF, filho de Gilmar Araújo Neves e Rosa Maria Veloso Araújo, residente e domiciliado na SQN 309, Bloco M, apto 204, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70.755-130;e

6. GRA ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 32.775.024/0001-09 e CF/DF nº 07.900.349/001-10, registrada, em 14/02/2019, na Junta Comercial do Distrito Federal sob o n. 53202217501, com sede no Setor SCIA, Quadra 13, conjunto 03, S/N, Lote 10, parte "Q", Zona Industrial, Guará, Brasília, Distrito Federal, CEP: 71250-220, representada pelo Sr. **GILMAR ARAÚJO NEVES**, já qualificado anteriormente.

Únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada MULTPAPER DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.976.381/0001-32 e CF/DF nº 0733833100115, registrada, em 19/04/1991, na Junta Comercial do Distrito Federal sob o n. 532.00524040, com sede no SIBS, Quadra 03, Conjunto "A", Lote 05/07, Núcleo Bandeirante-DF, CEP: 71.736-301, **RESOLVEM**, de comum acordo e na melhor forma de direito, alterar e consolidar o contrato social, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – ABERTURA DE FILIAIS EM GOIÁS

A sociedade resolve abrir duas filiais, sendo a primeira filial localizada na Fazenda GA4, Rodovia GO 108 S/N Sent Km 17 a esquerda mais 18 km até a sede, Zona Rural, Sítio d'Abadia-GO, CEP 73990-000; com a mesma denominação social da matriz e mesmo nome fantasia; com início das atividades no dia 01/06/2022 e que tem como objeto social a atividade relacionada a agropecuária (CNAE 0151-2/01 e 0161-0/99). Já a segunda filial é localizada na Fazenda GA1, Fazenda Lagoa Nova, Margens direita do Rio Corrente e esquerda do Rio Vermelho, Zona Rural, Damianópolis-GO, CEP 73980-000; com a mesma denominação social da matriz e mesmo nome fantasia; com início das atividades no dia 01/06/2022 e que tem como objeto social a atividade relacionada a agropecuária (CNAE 0151-2/01 e 0161-0/99).

CLÁUSULA SEGUNDA – CONFERÊNCIA DE QUOTAS PARA INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL DE OUTRA SOCIEDADE.



O sócio **GILMAR ARAÚJO NEVES**, possuidor de 730 (setecentas e trinta) quotas, no valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada, confere para a integralização do capital social da sociedade empresária limitada **GRA ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 32.775.024/0001-09 e CF/DF nº 07.900.349/001-10, registrada, em 23/01/2019, na Junta Comercial do Distrito Federal sob o n. 190209429, com sede no Setor SCIA, Quadra 13, Conjunto 03, S/N, Lote 10, parte "Q", Zona Industrial, Guará, Brasília, Distrito Federal, CEP: 71250-220, 730 (setecentas e trinta) quotas, no valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada.

A sócia **ROSA MARIA VELOSO ARAÚJO**, possuidora de 190 (cento e noventa) quotas, no valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada, confere para a integralização do capital social da sociedade empresária limitada **GRA ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 32.775.024/0001-09 e CF/DF nº 07.900.349/001-10, registrada, em 23/01/2019, na Junta Comercial do Distrito Federal sob o n. 190209429, com sede no Setor SCIA, Quadra 13, Conjunto 03, S/N, Lote 10, parte "Q", Zona Industrial, Guará, Brasília, Distrito Federal, CEP: 71250-220, 190 (cento e noventa) quotas, no valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada.

CLÁUSULA TERCEIRA – RETIRADA DA SOCIEDADE

Em razão da conferência da integralidade das quotas para integralização do capital social, conforme pactuado na cláusula anterior, retiram-se da sociedade os sócios **GILMAR ARAÚJO NEVES** e **ROSA MARIA VELOSO ARAÚJO**, passando as suas quotas a serem de titulariedade da **GRA ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**

CLÁUSULA QUARTA - CAPITAL SOCIAL

Em razão dessa alteração contratual, o capital social, totalmente integralizado, passará a ser distribuído da seguinte forma:

SÓCIOS	Nº QUOTAS	TOTAL EM REAIS	PERCENTUAL DO CAPITAL
GRA ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	940	R\$ 940.000,00	94%
CAMILA VELOSO ARAÚJO FRELAT	20	R\$ 20.000,00	2%
AMANDA VELOSO ARAÚJO SARAIVA	20	R\$ 20.000,00	2%
ALEXANDRE VINICIUS VELOSO ARAÚJO	20	R\$ 20.000,00	2%
TOTAL	1.000	R\$ 1.000.000,00	100%



CLÁUSULA QUINTA – A DESIGNAÇÃO DE ADMINISTRADOR E O USO DO NOME SOCIAL

A administração da sociedade e o uso do nome social passarão a ficar a cargo da sócia **CAMILA VELOSO ARAÚJO FRELAT**, a qual usará o título de sócia-administradora (art. 1.060 do cc/2002), e assinará, somente em negócios de exclusivo interesse da sociedade, podendo representá-la perante repartições Públicas, Federais, Estaduais, Municipais e Autárquicas, inclusive Bancos, sendo-lhe vedado, no entanto, usar a denominação social em negócios estranhos aos interesses da sociedade ou assumir responsabilidade estranha ao objeto social, seja em favor de quotistas ou de terceiros. (Art. 997, VI, cc/2002)

PARÁGRAFO 1º – A sócia-administradora poderá constituir mandatário da sociedade, especificados no instrumento os atos e operações que poderão praticar, com tempo certo de mandato, podendo haver mais de um procurador (art. 1.018 cc/2002).

PARÁGRAFO 2º – A sociedade estará representada pela assinatura isolada da sócia-Administradora ou de Procurador constituído em nome da Sociedade, exceto para as seguintes atividades que dependerão da assinatura conjunta de todos os sócios:

- a) Conceder fiança ou aval;
- b) Alienar, onerar, ceder e transferir bens imóveis e direitos a eles relativos, fixando e aceitando preços e formas de pagamento, recebendo e dando quitações, transferindo e emitindo posse e domínio, transigindo.

CLÁUSULA SEXTA – DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DA ADMINISTRADORA

A Administradora declara, sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por ser encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA SÉTIMA – AS DISPOSIÇÕES FINAIS



Permanecem em vigor as demais cláusulas do contrato social que não sofreram modificações por força da presente alteração contratual.

Em face das alterações ajustadas, consolida-se o contrato social com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA - A DENOMINAÇÃO SOCIAL

A Sociedade gira sob o nome empresarial de MULTPAPER DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS LTDA. (arts. 1054 e 997, II, CC/2002), com sede na: SIBS, Quadra 03, Conjunto "A", Lote 05/07, Núcleo Bandeirante-DF, CEP: 71.736-301, devidamente registrada nesta JCDF sob o nº 532.00524040 no dia 19/04/1991, e inscrita no CNPJ sob o nº 26.976.381/0001-32, tendo três filiais nos seguintes endereços: a) Avenida Nova Cantareira, nº 5.034, loja 1 e 2, salas 1 a 5, Tucuruvi, São Paulo-SP, CEP: 02340-002; b) Fazenda GA4, Rodovia GO 108 S/N Sent Km 17 a esquerda mais 18 km até a sede, Zona Rural, Sítio d'Abadia-GO, CEP 73990-000; e c) Fazenda GA1, Fazenda Lagoa Nova, Margens direita do Rio Corrente e esquerda do Rio Vermelho, Zona Rural, Damianópolis-GO, CEP 73980-000, podendo ainda, mediante alteração contratual, criar ou encerrar filiais e escritório em qualquer parte do território Nacional.

CLÁUSULA SEGUNDA – O OBJETO SOCIAL

O objeto social é: Comércio atacadista, varejista, distribuição de papéis; materiais para livrarias, papelarias e escritórios em geral; materiais para embalagens em geral, chapas, filmes, tintas e materiais gráficos em geral, máquinas e equipamentos gráficos em geral, materiais de limpeza em geral, descartáveis, materiais de higiene, materiais para limpeza e tratamento de pisos, materiais para lavanderias, materiais para limpeza de cozinhas; materiais para limpeza e produtos automotivos, importação e exportação de papeis celulose e agropecuária com prestação de serviços de transporte de carga municipal, intermunicipal, interestadual e internacional.



PARÁGRAFO 1º - O objeto social da filial de São Paulo-SP é o Comércio atacadista, varejista, distribuição de papéis, materiais para livrarias, papelerias e escritórios. (CNAE 4686-9/01).

PARÁGRAFO 2º - O objeto social das filiais de Sítio d'Abadia-GO e de Damianópolis - GO é a atividade relacionada a agropecuária (CNAE 0151-2/01 0161-0/99).

CLÁUSULA TERCEIRA – INÍCIO DE ATIVIDADES, PRAZO DE DURAÇÃO E TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL

A Sociedade Empresária Limitada (**MATRIZ**) iniciou suas atividades no dia 02/01/1991, a filial de São Paulo-SP iniciou suas atividades em 01/03/2021 e as filiais de Sítio d'Abadia-GO e de Damianópolis - GO iniciaram suas atividades em 01/06/2022, sendo por prazo indeterminado o seu tempo de duração e encerrando-se seu exercício social em 31 de dezembro de cada ano (arts. 1054 e 997, II, CC/2002).

CLÁUSULA QUARTA – O CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), dividido em 1.000 (mil) quotas no valor nominal de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada, integralizadas, em moeda corrente do País, pelos sócios, da seguinte forma:

SÓCIOS	Nº QUOTAS	TOTAL EM REAIS	PERCENTUAL DO CAPITAL
GRA ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	940	R\$ 940.000,00	94%
CAMILA VELOSO ARAÚJO FRELAT	20	R\$ 20.000,00	2%
AMANDA VELOSO ARAÚJO SARAIVA	20	R\$ 20.000,00	2%
ALEXANDRE VINICIUS VELOSO ARAÚJO	20	R\$ 20.000,00	2%
TOTAL	1.000	R\$ 1.000.000,00	100%

CLÁUSULA QUINTA – A DESIGNAÇÃO DE ADMINISTRADOR E O USO DO NOME SOCIAL

A administração da sociedade e o uso do nome social passarão a ficar a cargo da sócia **CAMILA VELOSO ARAÚJO FRELAT**, a qual usará o título de sócia-administradora (art. 1.060 do cc/2002), e assinará, somente em negócios de exclusivo interesse da sociedade, podendo representá-la perante repartições Públicas, Federais, Estaduais, Municipais e Autárquicas, inclusive Bancos, sendo-lhe vedado, no entanto, usar a denominação social em negócios estranhos aos interesses da sociedade ou assumir



responsabilidade estranha ao objeto social, seja em favor de quotistas ou de terceiros. (Art. 997, VI, cc/2002)

PARÁGRAFO 1º – A sócia-administradora poderá constituir mandatário da sociedade, especificados no instrumento os atos e operações que poderão praticar, com tempo certo de mandato, podendo haver mais de um procurador (art. 1.018 cc/2002).

PARÁGRAFO 2º – A sociedade estará representada pela assinatura isolada da sócia-Administradora ou de Procurador constituído em nome da Sociedade, exceto para as seguintes atividades que dependerão da assinatura conjunta de todos os sócios:

- a) Conceder fiança ou aval;
- b) Alienar, onerar, ceder e transferir bens imóveis e direitos a eles relativos, fixando e aceitando preços e formas de pagamento, recebendo e dando quitações, transferindo e emitindo posse e domínio, transigindo.

CLÁUSULA SEXTA – A RETIRADA DE PRÓ-LABORE

Os sócios poderão fazer uma retirada mensal a título de pró-labore de importância não superior ao valor estipulado pelos sócios detentores da maioria das quotas de capital, retiradas essas que serão levantadas a débitos na conta de despesas gerais das sociedades.

CLÁUSULA SÉTIMA – LUCROS OU PREJUÍZOS

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, levantar-se-á o balanço geral da Sociedade, apurando-se os resultados, os quais serão desde logo atribuídos aos sócios.

PARÁGRAFO 1º: Serão apurados balanços mensais, podendo haver a efetiva distribuição dos resultados (distribuição de lucros ou prejuízos) aos sócios a cada mês, a título de antecipação, os quais serão atribuídos na proporção de suas quotas de capital e/ou pela contribuição nos serviços prestados.

PARÁGRAFO 2º: Os sócios poderão distribuir lucros aos sócios de forma desproporcional à sua participação no capital social .

CLÁUSULA OITAVA - TRANSFERÊNCIA E CONSTITUIÇÃO DE ENCARGOS

Os SÓCIOS somente poderão ceder ou transferir suas QUOTAS, no todo ou em parte, mediante a observância dos procedimentos



previstos no presente contrato social. Os SÓCIOS não poderão constituir qualquer tipo de ônus, gravames ou encargos de qualquer natureza sobre suas QUOTAS, sem a prévia autorização por escrito dos demais SÓCIOS.

PARÁGRAFO 1º – As QUOTAS são indivisíveis em relação à sociedade, salvo para efeitos de transferência, desde que aprovadas conforme regras do acordo de quotista.

PARÁGRAFO 2º – A constituição de sociedade de participação (holding) pelos SÓCIOS, com incorporação de suas QUOTAS, depende de aprovação, conforme ajustado no presente contrato social.

PARÁGRAFO 3º – Havendo penhora e adjudicação de QUOTAS, o adjudicante não se tornará SÓCIO, nem terá direito a sê-lo, salvo se sua inclusão no quadro social for aprovada pelos demais SÓCIOS, observadas as regras ajustadas no presente contrato social.

CLÁUSULA NONA – DIREITO DE PREFERÊNCIA

Caso qualquer dos SÓCIOS (“VENDEDOR EM POTENCIAL”) deseje, direta ou indiretamente, alienar ou, de alguma forma, transferir suas QUOTAS (“QUOTAS OFERTADAS”) para um terceiro (“COMPRADOR EM POTENCIAL”), deverá ser observada as regras constantes no ACORDO DE QUOTISTAS.

Na ausência de ACORDO DE QUOTISTAS ou de regra específica, caso qualquer dos SÓCIOS (“VENDEDOR EM POTENCIAL”) deseje, direta ou indiretamente, alienar ou, de alguma forma, transferir suas QUOTAS (“QUOTAS OFERTADAS”) para um terceiro (“COMPRADOR EM POTENCIAL”), deverá ser observada as regras constantes no ACORDO DE QUOTISTAS. O VENDEDOR EM POTENCIAL deverá obter desse COMPRADOR EM POTENCIAL uma oferta de boa-fé, por escrito, vinculante e irrevogável (doravante referida como “OFERTA”), pela qual o COMPRADOR EM POTENCIAL confirmará que está apto e que pretende adquirir as QUOTAS OFERTADAS de acordo com os termos e condições indicados na OFERTA. Aos demais SÓCIOS é assegurado o direito de preferência para adquirirem as QUOTAS OFERTADAS (“DIREITO DE PREFERÊNCIA”). Para fins de exercício do DIREITO DE PREFERÊNCIA, o VENDEDOR EM POTENCIAL deverá notificar, por escrito, os demais SÓCIOS sobre o recebimento da OFERTA, declarando a sua intenção de vender a totalidade ou parte de suas QUOTAS, anexando uma cópia da OFERTA, a qual deverá conter (i) o nome e a qualificação completa do COMPRADOR EM POTENCIAL; (ii) o número/percentual das QUOTAS ofertadas; (iii) o preço a ser pago e as condições de pagamento das QUOTAS OFERTADAS; (iv) toda e qualquer outra condição especial



relacionada direta ou indiretamente com o proposto negócio, se houver; e (v) a solicitação para que os demais QUOTISTAS manifestem-se sobre o exercício ou não do DIREITO DE PREFERÊNCIA ("NOTIFICAÇÃO DE VENDA").

PARÁGRAFO 1º – Os SÓCIOS poderão exercer o DIREITO DE PREFERÊNCIA, proporcionalmente à participação de cada um deles no capital social da sociedade.

PARÁGRAFO 2º – Se mais de um SÓCIO manifestar o DIREITO DE PREFERÊNCIA, os interessados dividirão a aquisição na proporção de que participem do capital social.

PARÁGRAFO 3º – É lícito aos sócios o exercício parcial do DIREITO DE PREFERÊNCIA, adquirindo apenas parte das QUOTAS que foram colocadas à venda.

PARÁGRAFO 4º – O DIREITO DE PREFERÊNCIA será exercido por meio de notificação por escrito ("NOTIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO"), enviada pelo(s) SÓCIO(s) ao VENDEDOR EM POTENCIAL, com cópia para os demais SÓCIOS, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento da NOTIFICAÇÃO DE VENDA.

PARÁGRAFO 5º – A NOTIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO será considerada irrevogável e irretratável a partir do seu envio pelo SÓCIO e deverá indicar de forma expressa seu interesse em comprar as QUOTAS OFERTADAS, nos termos e condições e pelo preço estabelecido na OFERTA, ou sua renúncia ao DIREITO DE PREFERÊNCIA.

PARÁGRAFO 6º – Ao exercer o DIREITO DE PREFERÊNCIA, no que diz respeito a todas as QUOTAS OFERTADAS, tais QUOTAS deverão ser adquiridas de acordo com os termos da OFERTA, e transferidas em até 30 (trinta) dias contados do recebimento pelo VENDEDOR EM POTENCIAL da NOTIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO. Caso os SÓCIOS decidam não exercer o DIREITO DE PREFERÊNCIA, após o procedimento previsto nesta cláusula, as QUOTAS OFERTADAS poderão ser transferidas ao COMPRADOR EM POTENCIAL de acordo com os termos e condições indicados na OFERTA.

PARÁGRAFO 7º – Após transcorridos 120 (cento e vinte) dias a contar da data da NOTIFICAÇÃO DE VENDA pelo VENDEDOR EM POTENCIAL acerca da existência de uma OFERTA sem que a venda tenha ocorrido, caso seja de interesse do VENDEDOR EM POTENCIAL dispor ou transferir as QUOTAS OFERTADAS, o procedimento previsto nesta cláusula deverá ser reiniciado.



CLÁUSULA DÉCIMA - A RESPONSABILIDADE

A responsabilidade de cada sócio é limitada ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social (art.1.052 do CC/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – REGÊNCIA

A sociedade é empresária, sendo regida supletivamente pela Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), conforme disposto no art. 1053, parágrafo único, do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ACORDO DE QUOTISTAS. PACTO PARASSOCIAL

É lícito que os sócios contratem entre si regras para sua atuação societária, extraordinárias ao contrato social. Esse acordo de sócios disciplinará regras de conduta que deverão ser seguidas, relativas: (i) transferência e constituição de encargos; (ii) gestão da sociedade; (iii) distribuição de lucros; (iv) quórum de deliberação; (v) preferência na cessão de suas quotas; dentre outras matérias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Ressalvadas as disposições especiais do contrato social, em acordo de quotista e, no silêncio deles, os parâmetros do artigo 1.076 do Código Civil, as deliberações dos sócios serão tomadas em reunião.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REUNIÃO DE SÓCIOS E IMPEDIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO

A REUNIÃO DE SÓCIOS é o órgão máximo da sociedade, com poder para deliberar sobre todas as matérias, nos limites da lei, do contrato social e do acordo de quotistas, devendo respeitar os percentuais mínimos para a aprovação, definidos no contrato social, no acordo de quotista e, no silêncio, pela lei.

PARÁGRAFO 1º – As deliberações societárias serão tomadas em reuniões convocadas por qualquer sócio-administrador, quando julgar necessário, ou atendendo à solicitação fundamentada de qualquer sócio.

PARÁGRAFO 2º – Nenhum sócio, por si ou na condição de mandatário, pode votar matéria que lhe diga respeito diretamente.



PARÁGRAFO 3º – O sócio não pode participar da votação em que se delibera a proposição de penalidade ou ainda que por meio de curador, por incapacidade posterior (art. 1.030, do Código Civil).

PARÁGRAFO 4º – O sócio inadimplente não pode participar da votação sobre sua exclusão, execução, responsabilização ou redução societária (artigos 1.004, parágrafo único, e 1.058, do Código Civil).

PARÁGRAFO 5º – O sócio não pode participar da votação em que se delibera sobre a avaliação de bens que ele tenha conferido ao capital social para a integralização de suas quotas (art. 1.055, § 1º, do Código Civil).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – QUÓRUM DE INSTALAÇÃO

As reuniões ocorrerão com a presença de no mínimo 70% do capital social, em primeira convocação. Não atingido esse quórum, será feita uma segunda convocação, realizando-se a reunião com a presença de no mínimo 50% do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ATA DE REUNIÃO

Qualquer sócio poderá solicitar que seja lavrada ata contendo o que ocorreu na reunião de sócios, incluindo debates, manifestações individuais e deliberações tomadas, com a respectiva contagem de votos. Qualquer sócio poderá solicitar que seja registrado em ata algum ponto que entenda ser relevante e pertinente. Será impressa uma cópia para cada sócio, todas assinadas pelos presentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - MATÉRIAS DE DELIBERAÇÃO OBRIGATÓRIA EM REUNIÃO DE SÓCIOS

As deliberações relativas à aprovação das contas do administrador, aumento ou redução de capital, designação ou destituição de coordenadores, modo de remuneração, pedido de recuperação judicial, destinação de lucros, alteração contratual, fusão, cisão e incorporação, exclusão extrajudicial e outros assuntos relevantes para a sociedade serão definidos, obrigatoriamente, em reunião dos sócios.

PARÁGRAFO ÚNICO – As deliberações tomadas em conformidade com a Lei, o contrato social e acordo de quotista vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DISPENSA DA REUNIÃO DE SÓCIOS

A REUNIÃO DE SÓCIOS pode ser dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que dela seria objeto, assinando o respectivo documento.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - REUNIÃO ORDINÁRIA PARA APROVAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO

Cabe ao administrador(a), obrigatoriamente, convocar os sócios para REUNIÃO ORDINÁRIA, que se realizará nos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para a aprovação das contas do exercício findo, bem como tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

PARÁGRAFO 1º - A REUNIÃO ORDINÁRIA pode ser convocada por qualquer sócio, quando o Administrador(a) retardar a convocação, por mais de 30 (trinta) dias, contados a partir do término do prazo estabelecido no caput.

PARÁGRAFO 2º - Para que haja o exame e aprovação das contas do Administrador(a), os documentos comprobatórios de sua atuação, incluindo aqueles que instruem o balanço patrimonial e o de resultado econômico, deverão ser postos à disposição dos demais sócios até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a REUNIÃO ORDINÁRIA.

PARÁGRAFO 3º - A aprovação, sem reserva, do balanço patrimonial e do resultado econômico, salvo erro, dolo ou simulação, exonera de responsabilidade o Administrador(a) e, se houver, os membros do Conselho Fiscal.

PARÁGRAFO 4º - Extingue-se em 02 (dois) anos o direito de anular a aprovação, sem reserva, do balanço patrimonial e do resultado econômico, sob a alegação de que fundou-se em erro, dolo ou simulação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - EVENTOS DE DISSOLUÇÃO

No caso de morte de qualquer sócio, a sociedade não será extinta, levantando-se um balanço especial na data do evento e, se não convier ao sócio remanescente continuar a sociedade com os herdeiros e/ou cônjuge do sócio falecido, serão estes reembolsados dos seus direitos e haveres, da seguinte forma: 20%



(vinte por cento) no prazo de 03 (três meses, após o levantamento do balanço especial que será realizado por ocasião do evento. 30% (trinta por cento) no prazo de seis meses e 50% (cinquenta por cento) no prazo de doze meses. Neste balanço serão considerados os valores reais do Patrimônio inventariado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No caso de interdição, o sócio interditado será representado por curador nomeado pelo juiz competente, porém, tal curador não será automaticamente alçado ao cargo ou cargos ocupados pelo interditado na sociedade.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Qualquer que seja a alteração contratual, nela deverá constar a assinatura dos sócios ou, conforme o caso, dos respectivos herdeiros ou inventariantes, dos sucessores ou representantes legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DA ADMINISTRADORA

A Administradora declara, sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por ser encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – ARBITRAGEM E FORO

Quaisquer controvérsias ou disputas oriundas do presente contrato deverão ser solucionadas mediante arbitragem a ser administrada por uma Câmara Arbitral ou um Escritório de Advocacia, a ser indicado em comum acordo entre as **PARTES**.

PARÁGRAFO 1º: A submissão das partes à arbitragem não deverá coibi-los de obter tutela judicial contra violação de seus direitos, por meio de medidas cautelares ou qualquer outra medida provisional, antes ou depois da constituição do tribunal arbitral. O



pedido ou a concessão de uma medida cautelar de qualquer natureza, conforme estabelecido acima, que em razão da urgência e importância não poderia ser obtida por meio da arbitragem, não será considerada como violação deste compromisso.

PARÁGRAFO 2º: Fica eleito o foro da cidade de Brasília, Distrito Federal, para conhecer de qualquer procedimento cautelar ou executivo que não possa ser levado à arbitragem.

E por estarem, assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento, a fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Brasília - DF, 01 de junho de 2022.

GILMAR ARAÚJO NEVES
CPF Nº 150.869.501-63

ROSA MARIA VELOSO ARAÚJO
CPF Nº 152.375.401-04

CAMILA VELOSO ARAÚJO FRELAT
CPF Nº 014.648.101-17

AMANDA VELOSO ARAÚJO SARAIVA
CPF Nº 014.648.001-54

GRA ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ: 32.775.024/0001-09
REPRESENTADO POR GILMAR ARAÚJO NEVES

ALEXANDRE VINICIUS VELOSO ARAÚJO
CPF Nº 602.931.791-15





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/073.683-9	DFN2228346301	21/06/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
602.931.791-15	ALEXANDRE VINICIUS VELOSO ARAUJO	23/06/2022

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking

014.648.001-54	AMANDA VELOSO ARAUJO SARAIVA	23/06/2022
----------------	------------------------------	------------

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do
Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking

014.648.101-17	CAMILA VELOSO ARAUJO FRELAT	23/06/2022
----------------	-----------------------------	------------

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do
Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital

150.869.501-63	GILMAR ARAUJO NEVES	23/06/2022
----------------	---------------------	------------

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Biometria Facial, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking

152.375.401-04	ROSA MARIA VELOSO ARAÚJO	23/06/2022
----------------	--------------------------	------------

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do
Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1853641 em 24/06/2022 da Empresa MULTIPAPER DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA, CNPJ 26976381000132 e protocolo DFN2228346301 - 21/06/2022. Autenticação: D186E3FAB4963124452DF1CF429C355F5379A2. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 22/073.683-9 e o código de segurança 7Y4z. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/06/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.



Relatório de Filiais Abertas

Informamos que, do processo 22/073.683-9 arquivado nesta Junta Comercial sob o número 1853641 em 24/06/2022 da empresa 5320052404-0 MULTPAPER DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA, consta a abertura da(s) seguinte(s) filial(ais):

NIRE	ENDEREÇO
xxxxxxx	FAZENDA LAGOA NOVA, MARGENS DIREITA DO RIO CORRENTE E ESQUERDA DO RI SN - BAIRRO ZONA RURAL CEP 73980-000 - DAMIANOPOLIS/GO
xxxxxxx	FAZENDA GA4, RODOVIA GO 108 SENT DAMIAN.-GO A SITIO D ABADIA-GO A ES SN - BAIRRO ZONA RURAL CEP 73990-000 - SITIO D'ABADIA/GO

24 de jun de 2022





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL











Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa MULTPAPER DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA, de CNPJ 26.976.381/0001-32 e protocolado sob o número 22/073.683-9 em 21/06/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1853641, em 24/06/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador CAMILA MOUTINHO DE OLIVEIRA.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Maxmiliam Patriota Carneiro. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
014.648.101-17	CAMILA VELOSO ARAUJO FRELAT	23/06/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
602.931.791-15	ALEXANDRE VINICIUS VELOSO ARAUJO	23/06/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		
014.648.001-54	AMANDA VELOSO ARAUJO SARAIVA	23/06/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		
014.648.101-17	CAMILA VELOSO ARAUJO FRELAT	23/06/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital		
150.869.501-63	GILMAR ARAUJO NEVES	23/06/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Biometria Facial, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		
152.375.401-04	ROSA MARIA VELOSO ARAÚJO	23/06/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital		



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisdf](https://portalservicos.jucis.df.gov.br) informando o número do protocolo 22/073.683-9.





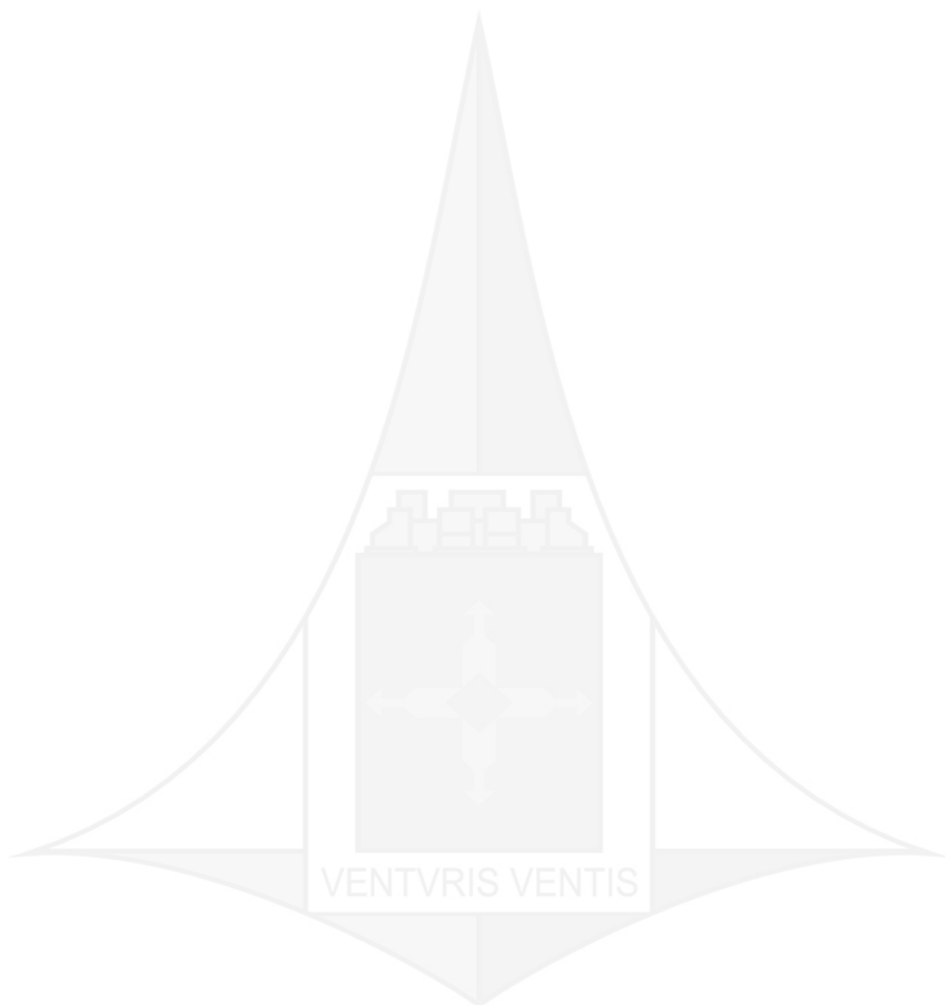
Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 01/06/2022



Documento assinado eletronicamente por CAMILA MOUTINHO DE OLIVEIRA, Servidor(a) Público(a), em 24/06/2022, às 09:19.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisdf](http://portal.de.servicos.da.jucisdf) informando o número do protocolo 22/073.683-9.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1853641 em 24/06/2022 da Empresa MULTIPAPER DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA, CNPJ 26976381000132 e protocolo DFN2228346301 - 21/06/2022. Autenticação: D186E3FAB4963124452DF1CF429C355F5379A2. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 22/073.683-9 e o código de segurança 7Y4z. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/06/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral.

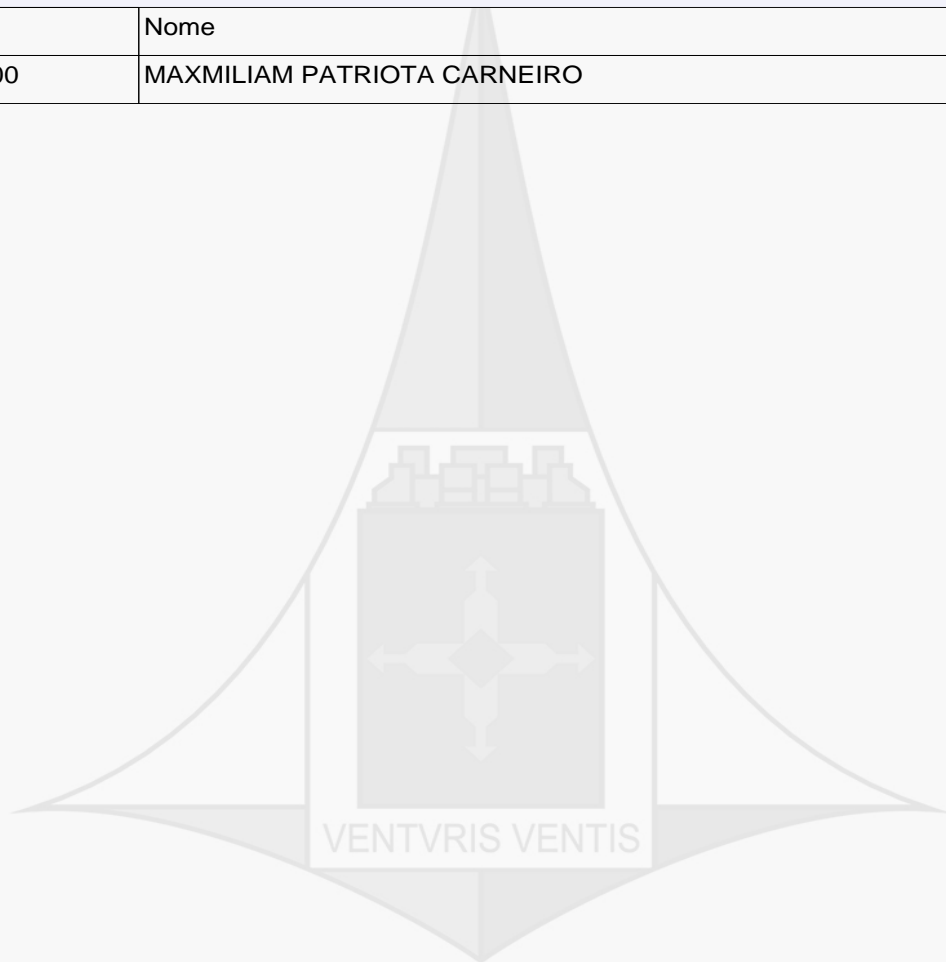


JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
702.261.211-00	MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO



Brasília. sexta-feira, 24 de junho de 2022



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1853641 em 24/06/2022 da Empresa MULTIPAPER DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA, CNPJ 26976381000132 e protocolo DFN2228346301 - 21/06/2022. Autenticação: D186E3FAB4963124452DF1CF429C355F5379A2. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 22/073.683-9 e o código de segurança 7Y4z. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/06/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.